

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2024.

(Da Sra. Adriana Ventura)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre limites na percepção de vantagens por integrantes da administração pública brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de debater limites na percepção de vantagens por integrantes da administração pública brasileira:

- a) **Representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos** - para trazer uma visão do governo sobre as práticas indesejadas na administração pública brasileira e discutir medidas adotadas para combater más práticas.
- b) **Bruno Carazza** - Professor associado da Fundação Dom Cabral, para oferecer uma análise holística sobre os impactos de vantagens assimétricas a membros da administração pública brasileira, destacando caminhos para implementar reformas na área.
- c) **Representante da Controladoria-Geral da União (CGU)** - Para apresentar a perspectiva do órgão responsável pelo combate à corrupção e pela promoção da transparência na administração pública, detalhando as ações e instrumentos disponíveis para prevenir e punir práticas indevidas.



- d) **Representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE)**, para tratar da adequação dos critérios de promoção existentes e possíveis medidas de modernização - não somente na carreira da magistratura, mas também naquelas que são objeto de judicialização frequente.
- e) **Juliana Sakai** - Diretora Executiva da organização Transparência Brasil, entidade independente e autônoma, que tem como principal objetivo a luta contra a [corrupção no Brasil](#), para tratar dos mecanismos de denúncia e das possibilidades para o aprimoramento da administração pública em termos de transparência.

JUSTIFICAÇÃO

A realização de uma audiência pública dedicada à análise de limites à percepção de vantagens - pecuniárias ou não - na administração pública brasileira se mostra imprescindível diante da urgente necessidade de promover a transparência, a eficiência e a responsabilidade no uso dos recursos públicos. Esta iniciativa se justifica pela importância estratégica de debater e identificar práticas indevidas que comprometem a integridade e a eficácia do serviço público, visando fortalecer a governança, o controle e a prestação de contas no setor público.

A audiência proposta visa abordar uma série de más práticas e irregularidades que frequentemente ocorrem na administração pública brasileira, tais como férias indevidas, adicionais excessivos, aumentos retroativos, licenças excessivas, aposentadoria como punição, promoção baseada apenas em tempo de serviço, entre outros. Essas práticas não apenas representam um desperdício de recursos públicos, mas também minam a confiança da população nas instituições estatais e comprometem a qualidade e a efetividade dos serviços prestados à sociedade.



Em relação às férias indevidas, é importante discutir os mecanismos de controle e fiscalização para evitar o uso indevido desse benefício, garantindo que as férias sejam concedidas de acordo com a legislação vigente e as reais necessidades do serviço público. Adicionalmente, os adicionais salariais devem ser revistos para evitar excessos e distorções que comprometam a equidade e a justiça na remuneração dos servidores públicos.

Os aumentos retroativos também representam uma prática questionável que deve ser combatida, pois viola os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade na administração pública. Da mesma forma, é fundamental reavaliar as licenças concedidas aos servidores públicos, garantindo que sejam concedidas apenas em situações justificadas e de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

A aposentadoria como punição e a promoção baseada apenas em tempo de serviço são práticas que comprometem a meritocracia e a eficiência na gestão de pessoal no serviço público. Nesse sentido, é necessário promover uma cultura de avaliação de desempenho e reconhecimento do mérito, garantindo que as promoções sejam baseadas na competência, no comprometimento e nos resultados alcançados pelos servidores.

Por fim, a audiência pública proposta busca promover o diálogo entre autoridades, especialistas, representantes dos servidores públicos e da sociedade civil, visando identificar soluções e propostas concretas para combater os absurdos na administração pública brasileira. A transparência, a participação e a accountability são fundamentais para fortalecer as instituições democráticas e garantir a boa governança no Brasil.

Sala da Comissão, de abril de 2024.

Deputada **ADRIANA VENTURA**
NOVO/SP

